

**ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER Nº 138/2024**

PROCESSO Nº 90-2024

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
AQUISIÇÃO DE 07 ARQUIVOS DE
AÇO, ATENDENDO SOLICITAÇÃO
DO SETOR DE PESSOAL. DISPENSA
DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria Jurídica, o Processo nº 90/2024, solicitando PARECER referente à contratação de empresa para fornecimento de 07 arquivos de aço, para atender às necessidades do Setor de Pessoal, indagando sobre a possibilidade de contratação, mediante dispensa de licitação.

A solicitação decorre do Documento de Formalização de Demanda da Secretaria da Administração, nº 012/2024, datado de 29/01/2024.

Foram juntados aos autos, anexados ao DFD, propostas de 03 (três) empresas, quais sejam, Recopel Papelaria Ltda., inscrita no CNPJ nº 01.611.558/0001-76; Loja TokLar, inscrita no CNPJ nº 06.140.534/0001-08; e Info Arte Informática, inscrita no CNPJ sob o nº 51.253.315/0001-81.

É o que cabia relatar.

Analizando o valor orçado R\$ 10.486,00 (dez mil, quatrocentos e oitenta reais), entendo se tratar da hipótese de dispensa de licitação com base no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cumprе destacar que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu art. 75, elevou consideravelmente o valor limite para os casos de dispensa de licitação em comparação com aqueles previstos na Lei nº 8.666/93. Contudo, a nova lei, em seu art. 72, elencou uma série de requisitos, sem os quais não é possível se utilizar de contratação direta por dispensa de licitação. Vejamos:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo

técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”

Pois bem, consta nos autos documento de formalização da demanda, que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, tendo sido coletados os orçamentos pessoalmente, junto às empresas, bem como no site Licitacon. A justificativa da escolha dos fornecedores se deu pela aferição dos menores preços ofertados para a aquisição do bem (artigos 23 e 72, II, da Lei nº 14.133/2021).

O preço está justificado por se tratar do menor dentre os orçamentos apresentados (art. 72, inciso VII).

Consta dos autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis vinculados à Ação 2045 Setor de Pessoal, Despesa 52 4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente, Recurso 1 Recurso Livre (impostos).

A Consulta e Reserva de Dotação Orçamentária demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (artigo 72, inciso IV).

A documentação da empresa Recopel Papelaria Ltda. (orçamento, documentos de habilitação, certidões de regularidade fiscal e alteração de contrato social), comprovam que a mesma preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos termos do artigo 72, inciso V, da Lei 14.133.

A razão da escolha da futura contratada está pautada em critério objetivo, qual seja melhor preço, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do exposto, o parecer é favorável à contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 72 e artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Este é, salvo melhor juízo, o PARECER que submeto à consideração superior.

Ibirubá-RS, 11 de março de 2024.


Eduardo Henrique Krammes,

Assessor Jurídico.

OAB/RS 121.756